

# NOVIDADES LEGISLATIVAS

Edição de 15 de setembro de 2021



Nesta edição:

- *CFT aprova prorrogação da desoneração da folha de pagamentos até 2026;*
- *Indústria de alimentos participa de debate sobre o Futuro da Agroindústria na CDEICS;*
- *Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia discute a MP 1052 e os fundos constitucionais de financiamento.*

## ***CFT aprova prorrogação da desoneração da folha de pagamentos até 2026***

A Comissão de Finanças e Tributação (CFT) aprovou o PL 2541/2021, do deputado Efraim Filho (DEM/PB), que prorroga a desoneração da folha de pagamentos até 31 de dezembro de 2026. As empresas incluídas no modelo podem optar pelo recolhimento com incidência de alíquota entre 1% e 4,5% incidente sobre a receita bruta, ao invés da Contribuição Previdenciária Patronal de 20% sobre a folha de salários.

Caso o projeto não seja aprovado e sancionado até 31/12/2021, o regime atual perderá vigência. Assim, o relator, dep. Jerônimo Goergen (PP/RS), solicitou que os parlamentares subscrevam o requerimento de urgência.

Durante a sessão, Goergen enfatizou a importância da aprovação da prorrogação da desoneração como forma de manter milhares de empregos dos setores relacionados ao tema, bem como afirmou que conversará com o presidente da Câmara, dep. Arthur Lira (PP/AL), para que o tema seja deliberado o mais breve possível.

O projeto segue para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) que, em caráter conclusivo, analisará apenas a constitucionalidade da matéria - salvo se aprovado o requerimento de urgência, que poderá levar a proposição a ser deliberada diretamente em Plenário.

## ***Indústria de alimentos participa de debate sobre o Futuro da Agroindústria na CDEICS***

A audiência pública sobre o futuro da agroindústria foi promovida a pedido do Presidente da CDEICS, deputado Otto Alencar Filho (PSD/BA) e reuniu o representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, Guy de Capdeville e o Presidente-Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos – ABIA, João Dornellas.

Em sua exposição, o Presidente da Abia apresentou os números do setor, que reúne 37 mil indústrias em todo o país, das quais 94% delas são micro e pequenas empresas, sendo o maior setor econômico do país, com faturamento, em 2020, acima de 800 bilhões, equivalente a 10,6 do PIB nacional, com a geração de mais de 1,6 milhões de postos de trabalho diretos.

Também ressaltou que o Brasil é o maior exportador de alimentos industrializados do mundo, com clientes em mais de 190 países e que a participação deste setor em relação à exportação de produtos agropecuários primários vem subindo a cada ano.

Com base nesta informação, João Dornellas defendeu que o Brasil, que já é o celeiro do mundo, precisa ser mais ambicioso e passar a ser o “supermercado do mundo”, com a participação cada vez maior de produtos processados, de maior valor agregado, que geram maior retorno econômico e social para o país.

Em defesa do fortalecimento das exportações de produtos processados, apresentou estudo da ABIA, que estimou uma perda de 38 bilhões de dólares sobre o montante de produtos que foram exportados em natura, somente no ano de 2021.

Também citou a alta carga tributária que incide sobre o setor, em média 23%. Contudo, ressaltou que esta carga é graças ao fato de que os produtos da cesta básica são tributados em 9%. Ou seja, retirando os produtos da cesta básica, a carga tributária sobre alimentos beiraria os 30%, muito acima da carga sobre alimentos praticada pelos países da OCDE, que gira em torno de 7%

Esta carga é mais sentida sobre as famílias de baixa renda, como por exemplo famílias com renda de até dois salários-mínimos em que a cesta básica consome mais de 51% de sua renda.

Por fim, ressaltou quatro elementos importantes associados a políticas públicas: i) a necessidade do país convergir para cargas tributárias mais compatíveis com as praticadas nas demais partes do mundo; ii) redução da carga tributária sobre a importação de insumos; iii) evitar políticas discriminatórias sobre alimentos sem evidências científicas; e iv) fortalecer o conceito de Agroalimento para ampliar a participação nacional no mercado internacional de alimentos de alto valor agregado.

### ***Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia discute a MP 1052 e os fundos constitucionais de financiamento***

A Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia (CINDRA), da Câmara dos Deputados, realizou audiência pública para discutir a Medida Provisória 1.052/2021, que trata da gestão dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e do FGIE – fundo para estruturação de projetos de concessão e PPPs de infraestrutura.

A dep. Vivi Reis (Psol/PA) presidiu a sessão e destacou a coincidência da data da audiência com a sessão plenária convocada para discutir a matéria, bem como da apresentação do parecer do relator dep. Wellington Roberto (PL/PB), fruto de diálogo com o governo.

O presidente do Banco da Amazônia, Valdecir Tose, colocou-se favorável ao relatório, que permite mais estrutura para os bancos administradores dos fundos ao tempo em que viabiliza projetos de infraestrutura nos estados e municípios.

David Athayde, Diretor da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento, ressaltou o benefício que a aprovação do texto original da MP traria para os recursos fiscais. Tendo em vista que os custos operacionais têm impacto primário no governo central, as medidas abririam espaço fiscal no teto de gastos, onde R\$ 1,9 bilhões poderiam ser investidos em outras políticas públicas.

Por outro lado, representantes dos trabalhadores dos bancos administradores externaram sua preocupação com o ajuste a ser efetuado nessas instituições, em vista da redução da remuneração promovida pela MP, com uma piora nas condições do crédito ofertado e impacto sobre o crescimento da região.

A MP 1052 estava na pauta da sessão plenária mas em vista das discussões sobre o código eleitoral avançando sobre a noite, aguarda-se a votação na próxima sessão.



**Veja mais**

Acompanhe o dia a dia dos projetos no LEGISDATA:  
[www.legisdata.cni.com.br](http://www.legisdata.cni.com.br)

NOVIDADES LEGISLATIVAS | Publicação da Confederação Nacional da Indústria – CNI  
| Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL | Gerente Executivo: Marcos Borges de Castro | Coordenação técnica: Marcos Borges | Editoração: COAL | Supervisão gráfica: Coordenação de Divulgação CNI/CCI/GPC | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9399 | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 sac@cni.com.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF (61) 3317.9000 | [www.cni.com.br](http://www.cni.com.br) | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.



Confederação Nacional da Indústria  
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA